

AUDITORIA

Ministro recebe hoje o resultado da investigação feita nos hospitais e farmácias do DF. A suspeita é de que falta de remédio levou paciente com câncer à morte

Dia D na Saúde

Juliana Cézar Nunes e
Marcelo Rocha
Da equipe do **Correio**

Acácio Pinheiro 29.11.02

Depois de dez dias de investigações, 12 técnicos do Ministério da Saúde entregam hoje ao ministro da Saúde, Barjas Negri, um relatório sobre a falta de remédios na rede pública do Distrito Federal. O pedido de auditoria imediata partiu do próprio ministro, um semana depois da morte de Valdirene Jesus Rocha Matos, 25 anos. O Ministério Público suspeita que a estudante tenha morrido por negligência da Secretaria de Saúde, que não lhe deu os medicamentos necessários ao tratamento de um grave câncer no estômago.

Em outubro deste ano, Valdirene conseguiu no Tribunal de Justiça do DF liminar que lhe garantia o tratamento e ameaçava o então secretário de Saúde, Aluísio Toscano, de prisão caso os remédios não fossem entregues em 72 horas. A determinação não foi cumprida e ninguém foi punido. O caso sensibilizou o ministro que disse não entender porque faltam remédios para o tratamento de câncer no DF. "Em junho, aumentamos o teto para atender à demanda de pacientes de fora e continuamos passando os recursos regularmente para a compra de produtos de alto custo — cerca de R\$ 700 mil por mês", garante Negri.

Para investigar o problema, os auditores do Ministério recorreram a técnicos dos tribunais de Contas da União (TCU) e do DF (TCDF). Nos últimos 12 meses, os dois órgãos analisaram denúncias sobre irregularidades na Secretaria de Saúde. Entre elas, desvio de verbas e superfaturamento na compra de remédios.

Só depois de eleito e diante da auditoria do Ministério da Saúde, o governador Joaquim Roriz decidiu reconhecer que faltavam remédios e os hospitais precisavam de ajuda. Mas para as milhares de pessoas que buscam atendimento, a crise na rede pública continua causando indignação. Com os R\$ 200 mensais que recebe da Previdência Social, a aposentada Francisca Ferreira Nascimento, 65 anos, não consegue comprar os remédios para aplacar os males de uma hipertensão. Todos os medicamentos custam acima de R\$ 30,00. "Tenho batido de porta em porta nos postos de Saúde de Sobradinho, mas só recebo não como resposta", reclama Francisca.

A equipe que investiga os problemas da rede pública do DF é formada por profissionais de várias áreas: médicos, enfermeiros, contadores e um en-



COM RENDA DE R\$ 200 MENSAIS, A APOSENTADA FRANCISCA FERREIRA NÃO CONSEGUE OS REMÉDIOS PARA HIPERTENSÃO

genheiro. A inspeção foi concentrada em três locais: Hospital Universitário de Brasília (HUB), Hospital de Base do DF (HBDF) e setores do governo responsáveis pelos medicamentos. Na secretaria, os técnicos entregaram questionários para os funcionários, copiaram documentos e fotografaram salas para garantir que o material não sumisse durante a auditoria. Também inspecionaram o galpão da Secretaria de Saúde onde são armazenados os produtos, no Setor de Indústria e Abastecimento.

VISITAS

O HUB recebeu a visita da inspeção porque, assim como o HBDF, oferece tratamento para pacientes com câncer. Foi o primeiro local procurado por Valdirene. O chefe da unidade de oncologia do HUB, Eduardo Johnson, foi quem recomendou urgência na entrega dos remédios. Foram visitados o setor que ele dirige, o departamento de quimioterapia, a farmácia e a área administrativa. "Eles vieram aqui duas vezes. Passei uma hora tirando dúvidas da equipe", conta o diretor

do HUB, o médico Cláudio Bernardo de Freitas.

Os técnicos também ouviram o marido de Valdirene, Calisto Pereira Matos, 33 anos. Ele contou os detalhes sobre a peregrinação por farmácias públicas em busca de remédios para a mulher. Segundo Calisto, as quatro médicas do ministério com quem conversou disseram que os remédios poderiam ter prolongado a vida e garantido uma morte menos dolorosa. "Só espero que essa investigação não só dê a causa da morte da minha mulher, mas mostre um culpado."

Remédios continuam em falta

Francisca, Marli e Jacira dependem do sistema público de saúde do Distrito Federal. Assim como milhares de outras pessoas, são reféns de uma crise desmentida reiteradas vezes pelo governador Joaquim Roriz durante a campanha eleitoral. É gente que sofre com as prateleiras vazias das farmácias e hospitais públicos, que pena com a falta de atendimento ou com a demora em conseguir consulta nos

ambulatórios e emergências.

Quem vê Marli de Jesus Silva, 24, à máquina de costura não imagina a dificuldade que ela tem enfrentado com a falta de medicamentos. Soropositiva há cinco anos, ela não tem feito o exame CD-4. "Falta reagente, é sempre a explicação que me dão", conta. Juntamente com o exame de carga viral, o CD-4 monitora a evolução do tratamento da Aids e a resposta do

sistema imunológico. Na última terça-feira, Roriz foi ao ministro Barjas Negri pedir ajuda financeira. Saiu de lá dizendo ser favorável à apuração de irregularidades na Secretaria de Saúde. "Iremos até o fundo do poço para saber por que some remédio. A minha expectativa é que os produtos sejam comprados a preços inferiores a partir de agora", disse. "Vou cortar investimentos em qualquer setor para

levar recursos para os hospitais."

A dona de casa Jacira Francisca Silva, 64, saiu de casa em Planaltina na sexta-feira e foi até o final da W3 Sul na esperança de conseguir as seis caixas de Asalit para um mês de tratamento de uma inflamação que sofre no intestino. "Há três meses não recebo o remédio", diz ao ver que o remédio continuava em falta. Do total, apenas dois haviam chegado. (JCN e MR)